

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.791 - PR (2019/0188857-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : ASAHI TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ADVOGADO : MARCELLO PEREIRA COSTA - PR024311
AGRAVADO : BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : JOSÉ FERNANDO VIALLE - PR005965
CAMILA VIEIRA CASTRO - PR061534
AGRAVADO : RENAN IDALGO GUILLEN CARNEIRO
AGRAVADO : REINALDO GUILLEN CARNEIRO
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO RIGUETI - SP079230

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 896/897) que inadmitiu o recurso especial em virtude da inexistência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 811):

APELAÇÃO. "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C LUCROS CESSANTES". APELO 1. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COMPROVAÇÃO DE QUE O PREPOSTO DO AUTOR TRANSPÔS A FAIXA DE PEDESTRE NA MUDANÇA DO SINAL AMARELO PARA O VERMELHO. DEVER DE CUIDADO DO REQUERIDO QUE NÃO SE SOBREPÕE À CAUSA DETERMINANTE DO ACIDENTE QUE FOI O AUTOR TER AVANÇADO O SINAL VERMELHO. CULPA PELO ACIDENTE COMPROVADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE DEVE SER MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. APELO 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM IMPORTÂNCIA IRRISÓRIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 839/844).

No recurso especial (e-STJ fls. 847/861), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alegou, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 489, § 1º, IV e VI, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, "uma vez que o E. Tribunal de Justiça do Paraná deixou de se manifestar sobre alguns pontos dos depoimentos da testemunha e do informante, bem como ao deixar de seguir jurisprudência invocada pela Recorrente, principalmente no que tange ao 'delay' das sinalizações semaforicas" (e-STJ fl. 846).

No agravo (e-STJ fls. 900/915), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A recorrida BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS apresentou contraminuta (e-STJ fls. 919/943).

Os recorridos REINALDO GUILLEN CARNEIRO e OUTRO não apresentaram contraminuta (e-STJ fl. 946).

É o relatório.

Decido.

Não se constata contrariedade aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação dos referidos dispositivos.

O TJPR assentou (e-STJ fls. 814/821):

Da análise do Boletim de Ocorrência, das fotos dos veículos envolvidos no acidente e da declaração do Policial Militar que prestou atendimento no dia dos fatos, é possível concluir que, assim como reconhecido pela r. sentença, a culpa pelo acidente foi do preposto da autora.

Da narrativa da ocorrência constante do BO, é possível concluir que o condutor do veículo M Benz/LS (da apelante) passava na mudança do sinal amarelo para o vermelho:

(...)

Ao contrário do que alega a recorrente, o trecho "passa já na mudança do sinal amarelo para o vermelho" não quer dizer que o preposto da apelante iniciou a travessia do cruzamento no sinal verde, mas sim na mudança do amarelo para o vermelho.

A testemunha Fábio Ferreira de Melo, Policial Federal que prestou o atendimento no dia dos fatos e que assistiu ao vídeo das câmeras de segurança do posto de combustível localizado na esquina do cruzamento, relata que o veículo Mercedes Bens (da apelante) cruzou a faixa de pedestres, exatamente na mudança do sinal amarelo para o vermelho:

(...)

Assim, considerando que a faixa de pedestre é o início da travessia e que quando passou por ela houve a mudança do sinal para o vermelho, não há possibilidade de acolher a tese do apelante de que iniciou a trajetória quando o sinal ainda estava verde.

É incontroverso que à época dos fatos, o semáforo possuía a sinalização amarela, sendo desnecessária a discussão sobre o tempo de "disley" existente nos semáforos sequenciais que não utilizam o sinal amarelo.

Portanto, se ao passar pela faixa de pedestres quando o semáforo mudou do amarelo para o vermelho, é de se concluir que a travessia

do cruzamento foi feita integralmente quando o sinal já estava vermelho para a apelante e, por consequência, verde para o requerido.

Note-se que se o apelante passou pela faixa de pedestres exatamente no momento em que houve a mudança do semáforo para o vermelho, o que quer dizer que já estava amarelo para ele há algum tempo.

Nesse ponto é importante ressaltar que o Código de Trânsito, em seu anexo II, indica expressamente que a função do sinal amarelo é de "atenção", para que o condutor pare seu veículo:

(...)

O sinal amarelo indica que o condutor do veículo deve diminuir a velocidade e parar e não que deva, aumentá-la para conseguir aproveitar o sinal.

In casu, como ficou demonstrado que o sinal mudou do amarelo para o vermelho no momento em que o preposto da recorrente iniciava a passagem pela faixa de pedestres, comprovado está que o sinal amarelo abriu antes do motorista iniciar a travessia e que, ao invés de parar seu veículo, conduta que seria adequada, deu prosseguimento à marcha tentando passar pelo semáforo, agindo imprudentemente.

(...)

Por fim, importante considerar que o cruzamento onde se deram os fatos é bastante largo. Pode-se ver do BO que a Avenida Colombo (a qual pretendia o preposto da apelante atravessar) possui quatro pistas em cada uma das mãos de direção, o que ressalta a imprudência do condutor do caminhão em tentar de valer do sinal amarelo para atravessar o cruzamento.

(...)

Portanto, evidente que o preposto da Asahi Transportes Logística Ltda. feriu o disposto

nos artigos 28 e 44 do CTB, agindo co imprudência ao realizar travessia de cruzamento sem observar a sinalizaçã semafórica, em desrespeito a preferência do veículo Ford Focus:

(...)

Os mencionados dispositivos exigem, além de domínio do condutor sobre o veículo, que esteja atento a toda e qualquer condição adversa que implique em eventual risco à segurança do tráfego (no caso o sol forte que dificultava a visão do preposto da apelante), adotando a cautela necessária à sua própria segurança e, especialmente, à segurança de terceiros.

(...)

Assim, não há como acolher os argumentos do apelante de que quem teria avançado o sinal vermelho e dado causa ao acidente seria o requerido.

Também não merece acolhida a tese de culpa concorrente, por não ter o requerido esperado o autor terminar de efetuar o cruzamento, mesmo que o semáforo já estivesse aberto para ele.

Isso porque, pela teoria da causalidade adequada na análise da responsabilidade pelo evento danoso, deve-se considerar o evento primário causador do dano que, in casu, consubstancia-se no fato de ter o motorista da apelante cruzado o sinal vermelho.

(...)

Face a confirmação da culpa do apelante pelo evento danoso resta prejudicada análise dos demais pedidos formulados no apelo.

Em conclusão, deve ser negado provimento ao apelo, mantendo-se a sentença de improcedência.

Na hipótese, como se verifica, o acórdão hostilizado não incorreu em nenhum dos vícios listados no art. 489 do CPC/2015, na medida em que dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

Ressalta-se não ser possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com ausência de fundamentação.

Cumpre salientar que, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp n. 1.584.831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Por fim, o conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015, ônus dos quais a parte recorrente não se desincumbiu.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida,

Superior Tribunal de Justiça

observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator